



TEXTO E DISCURSO: PROCESSOS DE SEMIOTIZAÇÃO DO REAL

Maria Aparecida Lino Pauliukonis¹

*Compreender uma linguagem significa dominar uma práxis.
(WITTGENSTEIN, 1975)*

RESUMO: Neste artigo, é feita uma abordagem do texto como discurso, o que possibilita analisar a enunciação, a qual consiste na ação e na influência do sujeito enunciador sobre o sujeito destinatário do texto, com quem interage em determinada situação comunicativa. Sob essa perspectiva, a linguagem deixa de ser considerada um instrumento para expressão do real ou uma referência sobre o mundo, para se transformar em um instrumento que coloca os sujeitos em interação, para estes falarem sobre o mundo e o transformarem em “real discursivo”. Dessa forma é possível analisar os processos de transformação e de transação ou o percurso que vai da frase ao texto, o que possibilita a passagem do significado textual para o significado discursivo.

PALAVRAS-CHAVE: Texto. Discurso. Enunciação.

ABSTRACT: This article intends to make a study of the text as discourse and it permits to analyze the process of enunciation that consists on the observation of the action and the influence of the subject on the reader of the text, whom he interacts with in a determined communicative situation. On this perspective, the language is not more concerned to translate the “real world”, but it becomes an instrument that makes the contact between the two subjects and the translation of the referent to the new “real” that becomes discourse. In this way, it is possible, to analyze the process of transformation of a text in discourse or the possibility of this translation of the world in the linguistic one or the construction of the sense of a text in discourse.

KEYWORDS: Text. Discourse. Enunciation.

Introdução

Todo ato não significa a não ser em função da situação de comunicação em que é produzido, da identidade e da intencionalidade dos interagentes, do que é proposto e das circunstâncias materiais em que ele se encontra. (CHARAUDEAU, 2008)

Nesta investigação sobre o processo enunciativo das operações discursivas presentes em um texto, focalizamos a enunciação como um evento acional dialógico entre sujeitos sociais e

¹ Professora Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: aparecidalino@gmail.com.

consumidores/leitores de textos da mídia impressa, televisiva e da Internet, objeto dos últimos projetos de pesquisa desenvolvidos na UFRJ.

A opção pelo exame de textos midiáticos justifica-se pelo fato de exercerem eles grande influência em todos os setores da sociedade e assenta-se na hipótese de que todo texto constitui um ato de discurso interativo, sendo possível descrever o processo de apreensão do seu significado, pelo reconhecimento das diversas operações enunciativas utilizadas na produção textual. A ênfase, portanto, desta abordagem está na análise do *modo enunciativo* de organização do discurso e do papel das instâncias subjetivas que atuam, de uma certa forma, em uma *mise-en-scène* determinada por um *contrato* discursivamente contemplado.

Pretendemos apresentar o conceito de texto como discurso, ou como um evento interativo em que convergem ações linguísticas, culturais, sociais e cognitivas, de acordo com a clássica concepção de Beaugrande (1997: 10). Com essa finalidade, abordam-se as operações de semiotização do *real*, que se relacionam às atividades de sujeitos enunciadorees nos processos linguístico-discursivos de transformação e de transação, responsáveis pela construção dos sentidos dos gêneros textuais e dos modos de organização do discurso.

Ao propor a análise discursiva de textos de diversos gêneros, nossa abordagem conta com o aporte teórico de teorias da enunciação, cujo objetivo principal é verificar como se dá a apreensão dos sentidos de um texto, pelo reconhecimento de estratégias discursivas realizadas por sujeitos enunciadorees durante o ato de comunicação, em uma determinada situação social e reguladas por um *contrato* comunicativo. Esse é um dos conceitos chave propostos pela Teoria Semiollinguística do discurso (CHARAUDEAU, 2007) de base interativa e comunicacional, que também fundamenta nossas observações.

Por se tratar de uma análise que opera tanto com o universo linguístico como com o situacional, a Teoria Semiollinguística do discurso permite verificar como se dá a apreensão dos sentidos de um texto, considerado discursivamente. Assim, focalizamos algumas de suas temáticas básicas: o ato de linguagem como enunciação; as operações linguístico-discursivas a serviço da construção da imagem dos sujeitos do discurso em uma situação social; o contrato de comunicação e a *mise-en-scène* dos dispositivos utilizados para a construção dos gêneros e dos modos de organização do discurso. O objetivo principal é analisar, enfim, como se realiza a inclusão de marcas da identidade dos sujeitos da enunciação, por meio do exame dos índices de subjetividade mais frequentes nos diversos gêneros de textos.

O ponto de vista invocado busca, assim, abranger o que a análise discursiva denomina de problematização do sentido ou interpretação de um texto em função de reconhecimento de operações linguístico-discursivas específicas. Tal perspectiva consiste em compreender e analisar o significado textual em função do projeto de influência e da ação do sujeito enunciadoree sobre o sujeito receptor/destinatário em determinado contexto situacional.

A proposta apresenta a seguinte disposição: um breve histórico das teorias da enunciação com que dialogamos e comentários sobre diferentes correntes da Análise do Discurso, a fim de situar os precursores e destacar os teóricos que possibilitaram a passagem dos enfoques estruturalistas e representativos do código para os estudos dos usos linguísticos sob o prisma discursivo; um especial destaque será dado à contribuição da Semiollinguística como fundamento para análise da ação de sujeitos na *mise-en-scène* enunciativa durante a produção/interpretação de diversos gêneros textuais e discursivos.

Breve histórico da enunciação

Tido como um conceito central em Filosofia, o termo *enunciação* tornou-se recorrente na referência aos estudos linguístico-enunciativos, a ponto de hoje tornar-se central nas discussões sobre a relação entre o sujeito, a linguagem e o mundo.

Se recuarmos no tempo, dentre os precursores dessa nova abordagem da língua, podem ser citados Bréal (1897) que, no capítulo sobre a subjetividade na língua, destaca que as escolhas lexicais que os sujeitos realizam estão em função das circunstâncias de seu tempo, o que caracteriza a intervenção da subjetividade na construção do texto, e Bakhtin (1929), que propôs a análise da dinamicidade da linguagem e da natureza social da enunciação. Segundo tais perspectivas, a língua aponta possibilidade de orientação de sentido para o interlocutor, sinalizando os contextos constitutivos e as inter-relações com outras enunciações.

Podem ser lembrados ainda outros expoentes, mas as contribuições de Benveniste (1966) foram decisivas para o desenvolvimento dos estudos enunciativos e da intersubjetividade na linguagem; ao apregoar a impossibilidade de se reconhecerem certos elementos linguísticos dissociados da atividade dos falantes, ele instaurou, de vez, a Teoria da Enunciação, que direcionou os estudos enunciativos posteriores.

O tratamento dado à enunciação sempre foi relevante para a perspectiva do discurso; desde o início, colocou-se em pauta a produção discursiva de uma dada sociedade por meio de suas distintas formas de expressão; nesse sentido, tornaram-se centrais as noções de intersubjetividade, os princípios da Pragmática e os desdobramentos e os avanços das teorias sobre o texto considerado como discurso.

Atualmente a Análise do Discurso configura-se em várias correntes de investigação da linguagem que guardam entre si um ponto comum: um modo de reflexão sobre as relações intersubjetivas e as condições enunciativas de realização, base de seu funcionamento. Dessa forma, as abordagens do discurso privilegiam a compreensão dos mecanismos que são inerentes à prática linguística, concebem a ação interativa e cognitiva das entidades subjetivas e propiciam um questionamento sobre a real participação do ambiente social (situação) na produção do ato de comunicação.

Em meio à profusão de teorias sobre o discurso, atualmente não se pode mais considerar uma única abordagem para os diversos enfoques discursivos; assim, os vários aportes teóricos mantêm pontos de contato mas conservam suas especificidades. Dentre eles, serão feitas aqui considerações mais detalhadas sobre a corrente de base interativo-comunicacional, que trata a *problemática* do sentidos do ato de linguagem, a partir das perspectivas da *Enunciação* e da ação intersubjetiva dos enunciadores.

Trata-se da *Teoria Semiolinguística*, de Charaudeau (1983, 1992), segundo a qual a construção do sentido se faz por meio de uma relação forma/sentido, que pode ocorrer em diferentes sistemas semiológicos, de forma que todo sentido é resultante de operações discursivas de entidades subjetivas, a partir de uma situação bem determinada, sob a égide de um *contrato comunicativo*. Seu ideólogo, Patrick Charaudeau, é criador do CAD, *Centre d'Analyse du Discours* da Universidade de Paris 13, Laboratório de Pesquisa que congrega vários pesquisadores de outras Universidades da França e que mantém convênios de cooperação científica com Universidades em vários países.

No Brasil, pesquisadores das Universidades UFRJ, UFF e UERJ (CIAD-Rio), da UFMG (Grupo NAD), da USP e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), entre outras, mantêm pesquisas em cooperação científica com o linguista Charaudeau e utilizam essa perspectiva teórica para fundamentar seus estudos, por entenderem que ela corresponde a uma proposta de trabalho, integradora de diferentes domínios de estudos da linguagem e que propõe questionamentos acerca de aspectos internos (linguísticos) e externos (extralinguísticos) aos vários gêneros de textos.

Situam-se nessa direção os trabalhos de pesquisa do Grupo CIAD-Rio, Laboratório de pesquisa, coordenado por mim, e que congrega pesquisadores das principais Universidades públicas do Rio de Janeiro, engajados em um Projeto Integrado com vários outros subprojetos, que apresentam como diretriz investigações sobre as “*Operações enunciativas e a construção do ethos dos sujeitos enunciadores em textos midiáticos e literários*”, por meio da concepção de texto como discurso.

Já se podem destacar algumas temáticas que direcionam nossas pesquisas em discurso atualmente: (1) estudos sobre entidades subjetivas – os sujeitos sociais e discursivos – no quadro da interação social; (2) pesquisas que privilegiam as situações sociais de comunicação linguageira (o uso desse termo abrange além do discurso, os elementos da *mis-en-scène* enunciativa); (3) análises que articulam as funções linguístico-discursivas com a situação de produção/recepção (posições ideológicas e sociais); e (4) trabalhos que focalizam, em primeiro plano, a organização macro e micro textual dos textos, os tipos e gêneros do discurso e as marcas linguístico-discursivas dos sujeitos da enunciação, com finalidade interpretativa de discursos institucionalizados.

De um modo geral, todas essas abordagens apresentam uma reação ao estruturalismo do Código, em que a língua é considerada um reflexo ou espelho da realidade, cuja função básica é informar sobre o mundo. Pela visão das teorias do discurso de base comunicacional, a língua serve, primeiramente, para colocar os indivíduos em interação, para que eles possam falar sobre o mundo, recriando-o, discursivamente, de diferentes formas.

Considerada a relevância dessa noção de texto como discurso, ou como fruto de um processo enunciativo, prevê-se uma mudança de enfoque no ensino de leitura e de interpretação textual: em vez de se focalizar a linguagem como forma ou como portadora de conteúdos proposicionais, de signos que recorrem a referentes linguísticos para expressar o *real*, evidencia-se sua natureza dialógica e acional, construtora de identidades sociais, a qual coloca em cena além de valores referenciais conceitos extralinguísticos e informações sobre as imagens dos enunciadores e a situação de enunciação, importantes dados esses que, se forem desvendados, acarretam mudanças na significação global dos textos.

Com interface e propostas para um ensino mais produtivo de língua, as pesquisas têm constatado a importância das estratégias linguístico-discursivas que devem ser reconhecidas pelo leitor/produtor de textos nos processos de interpretação e de produção textual. Para melhor situar o enfoque em comparação com outras correntes sobre o discurso, a seguir, breves considerações sobre a teoria da enunciação, que orienta e embasa as propostas da Teoria Semiollingüística, com a qual temos dialogado em nossos Projetos, com produtivas publicações conjuntas do Grupo CIAD-Rio.

Como as temáticas do discurso são bastante abrangentes e refletem conceitos de correntes teóricas diversificadas, apenas as temáticas da enunciação e da intersubjetividade serão objeto de considerações, a seguir, em que se procura situar a Enunciação sob o prisma da Teoria Semiollingüística.

Enunciação: a perspectiva da Semiologia

No âmbito das teorias da Enunciação, a Semiologia apresenta como proposta a análise das operações enunciativas, levadas a efeito pelos sujeitos interagentes e considera todo ato de linguagem como resultante da combinação de dois componentes – o verbal e o situacional – privilegiando-se a análise da imagem que o sujeito enunciador projeta de si mesmo em seu discurso, num emprego de restrições e de manobras. A constituição dessa imagem pode ser visualizada por meio de um duplo recorte: o da *enunciação ampliada* – em que se faz o exame do contexto, incluindo os *protagonistas* e *parceiros* e as circunstâncias de produção do *ato comunicativo* – e o da *enunciação restrita* – com o enfoque maior dos procedimentos linguísticos que se constituem como marcas sinalizadoras (pistas) na construção de uma imagem ou de um *ethos* legitimador da fala enunciada.

No espaço enunciativo considerado de forma mais ampla, ganham relevância dois princípios básicos que fundamentam todo ato comunicativo: o *princípio da alteridade* e o *princípio da identidade*.

O *princípio da alteridade* postula que todo ato de linguagem é um fenômeno de troca entre dois parceiros (presentes ou ausentes) que devem se reconhecer como semelhantes – pois compartilham saberes e possuem finalidades comuns – e como diferentes – cada um desempenha um papel particular: de sujeito emissor/produzidor do *ato de comunicação* (o *sujeito comunicante*) e de sujeito receptor desse ato de comunicação (o *sujeito interpretante*).

Dessa forma, cada um dos parceiros da troca linguageira está engajado num processo recíproco – mas não simétrico – de reconhecimento do outro e de diferenciação; segundo Charaudeau, cada um vai se legitimando e também legitimando o outro através de uma espécie de olhar avaliativo, o que permite dizer que a identidade social se constrói por meio de um “cruzamento de olhares” (CHARAUDEAU, 2008).

O *princípio da identidade*, por sua vez, centra-se no próprio indivíduo; é ele que permite dizer: quem sou realmente? Que imagem de mim projeto para o outro? A identidade desse sujeito é bastante complexa, pois nela se articulam dados biológicos, dados psicossociais atribuídos pelos outros e dados construídos pelo próprio comportamento (o que se pretende ser). Todos esses componentes conduzem à construção de duas identidades: a *identidade social* e a *identidade discursiva*.

A *identidade social* precisa ser também criada pelo comportamento linguageiro do sujeito falante, podendo ser, portanto, reconstruída ou mascarada. Já a *identidade discursiva* necessita de uma base que se encontra na identidade social. É esta última que dá ao sujeito seu “direito à palavra”, o que está fundamentado na sua *legitimidade* e na sua *credibilidade*.

Por sua vez, todo ato de comunicação constitui-se num problema, pois comunicar é também se arriscar à incompreensão ou à negação, o que faz o Autor afirmar que comunicar é sempre se lançar em uma “aventura”. A ameaça constitui o próprio *ato de comunicação* em si e o reconhecimento recíproco que tem de ser construído socialmente pelos parceiros envolvidos no *ato de comunicação*. Como todo sujeito se situa no centro de uma *situação* comunicativa e está em relação com um parceiro, é essa relação que define as características identitárias e *contratuais* do ato comunicativo: presença ou ausência (física) dos parceiros, o canal usado na transmissão,

a diversidade de códigos, os comportamentos discursivos esperados na troca, enfim, inúmeros são os elementos que participam dos rituais, caracterizam uma situação interativa e têm consequência no processo de interpretação do ato de comunicação.

Além dos dois princípios citados – alteridade e identidade –, no ato de linguagem, estão presentes dois outros que o fundamentam: o da *influência* e o da *regulação*, que contribuem para completar o quadro enunciativo: enquanto aquele procura envolver e afetar emocionalmente o parceiro, alvo de sua influência, o princípio da regulação que consiste no conjunto de restrições do sistema, torna possível e necessário recorrer-se a estratégias que regulam e permitem a inter-compreensão.

Se, para comunicar-se, como se está vendo, há sempre a necessidade de um outro, o modelo comunicacional da Semiologia compreende um ato de troca entre dois parceiros, ligados pelo princípio da intencionalidade e da regulação, realizado em uma determinada situação de influência comunicativa e regulado por um *contrato comunicativo*. Por se tratar de um conceito-chave na constituição do ato de linguagem, ele será considerado, mais detalhadamente, a seguir.

O contrato de comunicação

A noção de *contrato* assenta-se no pressuposto de que seres sociais pertencentes a um mesmo corpo social estabelecem uma relação de cumplicidade, quanto ao uso dos elementos de sua comunicação, por isso lançam mão de estratégias que permitirão colocar em cena suas intenções (o que pode ser feito de forma consciente ou não).

Pode-se afirmar, então, que todo ato de comunicação social supõe um determinado *contrato* social. Esse termo, tomado de empréstimo ao domínio jurídico, pressupõe que os indivíduos sejam capazes de entrar em acordo a propósito das representações de linguagem. Nas palavras de Charaudeau (2008: 56), o contrato pressupõe:

(...) conjunto de condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação (qualquer que seja a sua forma, oral ou escrita, monolocutiva ou interlocutiva). É o que permite aos parceiros de uma troca linguageira reconhecerem um ao outro com os traços identitários que os definem como sujeitos desse ato (identidade), reconhecerem o objetivo do ato que os sobredetermina (finalidade), entenderem-se sobre o que constitui o objetivo temático da troca (propósito) e considerarem a relevância das coerções materiais que determinam esse ato (circunstâncias).

Segundo o linguista, a noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes às mesmas práticas sociais cheguem também a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais. Em decorrência disso, o sujeito comunicante espera que o outro possua uma competência de reconhecimento análoga à sua, o que lhe permite esperar por receber uma contrapartida de convivência.

Assim, o *contrato de comunicação* também permite aos parceiros que se reconheçam um ao outro por meio de traços identitários que reúnem as condições necessárias para a realização do ato de comunicação: o seu objetivo – que os sobredetermina, o objeto temático de troca e as coerções materiais determinadas pelas circunstâncias. Dessa forma, todo ato compõe-se de um *espaço de restrições*, isto é, de regras que não podem ser infringidas pelos parceiros, sob pena de não haver a interação, e de um *espaço de manobras* que compreende os diferentes tipos de configurações discursivas de que o sujeito comunicante dispõe para atingir seus objetivos.

Ao propor que no ato de linguagem há uma situação de troca que depende de uma intencionalidade e se realiza em espaços de coerção e restrição, Charaudeau propõe um modelo de estruturação desse *contrato* em três níveis: *situacional*, *comunicacional* e *discursivo*. O atendimento a essas condições permite que se chegue à construção do texto como um processo discursivo, foco de interesse da análise nesta abordagem.

Assim, o *nível situacional* dá conta do espaço externo, do *lugar* que determina a *finalidade* do ato, (para que se fala?), a *identidade* dos parceiros (quem fala a quem?), o *domínio do saber* que é veiculado pelo objeto da troca (sobre o que se fala?) e o dispositivo (por meio do que se fala?). O *nível comunicacional* constitui o *lugar* onde estão as maneiras de falar, ou seja, o que vai definir os papéis linguageiros dos sujeitos, o que vai também lhes garantir o direito à fala, em função dos dados situacionais (como se fala?). Por fim, o *nível discursivo* corresponde à forma de intervenção do sujeito enunciador e deve atender às condições de *legitimidade*, de *credibilidade* e de *captação*.

De acordo com a *Teoria Semiolinguística*, portanto, o *ato de comunicação* é um fenômeno que combina o *dizer* e o *fazer*, articulados num duplo circuito comunicativo – *circuito externo (fazer)* e *circuito interno (dizer)* – indissociáveis um do outro. O *fazer* pertence à *instância situacional* em que atuam os parceiros – sujeitos comunicante e interpretante – que são os seres sociais da troca; já o *dizer* é o lugar da *instância discursiva*, é o espaço da *encenação* do dizer, da qual participam os *protagonistas* – sujeitos enunciador e sujeito destinatário – que são *seres da palavra*.

Nesse sentido, todo *ato de comunicação* não pode ser visto como uma simples produção de uma mensagem feita por um Emissor em direção a um Interlocutor, mas como um encontro dialético de quatro instâncias subjetivas que vai determinar os dois processos:

- o processo de Produção: um EU-comunicante que se dirige a um Tu-destinatário;
- o processo de Interpretação: um Tu-interpretante que constrói uma imagem do Eu-comunicante pelo que ele apresenta como sujeito enunciador.

Os sujeitos comunicante (EUc) e interpretante (EUi) são, portanto, na concepção do autor, “sujeitos de ação” que realizam uma encenação ou *mise-en-scène* discursiva no *ato de comunicação*, quando atuam como *parceiros*. A esses sujeitos, porém, se ligam mais dois, que são de “ordem discursiva”: o sujeito comunicante se anuncia como sujeito enunciador (EUe) e constrói uma imagem de si, ao mesmo tempo em que se dirige a um destinatário (TUD), também idealizado. Assim, por esse processo interlocutivo, ocorre um desdobramento dos lugares enunciativos, realizados por quatro enunciadores.

Dessa forma, considera-se o *ato de comunicação* como um “jogo”, pois ele se mantém em uma constante manobra de equilíbrio e de ajustamento entre as normas (restrições) de um dado discurso e a margem de manobras permitida pelo mesmo discurso aos enunciadores.

Nessa perspectiva, todos os atos de comunicação são considerados como *encenações* (no sentido teatral mesmo do termo), que resultam da combinação de uma determinada situação de comunicação com uma determinada organização discursiva e com um determinado emprego de marcas linguísticas. Isso mostra a necessidade de uma competência de produção/interpretação, que ultrapassa o simples conhecimento das palavras e suas regras de combinação, que requer um saber bem mais global, sobre as operações discursivas realizadas e que compreende os

elementos contextuais próprios da interação social.

Operações discursivas de semiotização do *real*

O processo de semiotização do mundo, ou a operação de discursivização na língua possibilita a passagem de uma referência externa à língua para o *real* construído pelo discurso, o que corresponde a um conjunto de operações estratégicas que permitem fazer a passagem do significado (sentido de língua) para a significação (sentido de discurso). De fato, vocábulos, como *homem*, *mulher*, *viagem*, por exemplo, têm sentido potencial e só ganham sentido real quando atualizados discursivamente. Assim, no enunciado “O *homem* é mortal” (Sócrates), o termo refere-se ao ser humano, mas colocado numa placa, em uma porta ao fundo de um bar, por exemplo, **HOMEM** ganha significação de banheiro masculino e **MULHER**, de banheiro feminino.

A criação de um significado discursivo não depende apenas de relações morfossintáticas ou semânticas entre os elementos da língua (entidades, atributos e processos no contexto verbal), mas ganham sentido na relação desses elementos com a situação social dos interagentes, ou com o conjunto de fatores extralinguísticos ou contextuais.

Nesse processo de semiotização do mundo, ou nessa passagem do mundo a significar – o *real* – para o mundo significado discursivamente, – o *real construído* –, distinguem-se duas operações fundamentais – o processo da transformação e o processo da transação –, que ocorrem em níveis frasal e textual, permitindo a transferência do mundo real para o mundo do discurso.

Em um primeiro nível, o emprego da língua envolve diversas *operações discursivas de transformação*: as operações de *identificação*, ou nomeação de todos os seres, processos e entidades, as operações de *caracterização*, ou de adjetivação em sentido amplo, as de *ação* ou *processualização*, que pertencem ao universo do processo verbal, as de *modalização* ou de *cunho enunciativo modalizador* e as de *relação*, responsáveis pela conexão entre os elementos, estabelecendo-se o processo coesivo.

Em um segundo nível, estão as operações que concorrem para a construção textual, constituindo-se o *processo de transação*, ou de expressão do conteúdo em forma de gêneros textuais. As operações do *processo de transformação* são efetuadas sob liberdade vigiada, segundo as diretivas que ocorrem no *processo de transação* (CHARAUDEAU, 2008: 68), já que confere a elas uma orientação de sentido. Ou seja, não se pode considerar isoladamente cada processo, uma vez que são interdependentes e sempre complementares.

Resumindo, qualquer *ato de comunicação* pode ser representado por um dispositivo, cujos componentes são os seguintes:

- (a) a *situação de comunicação*, de ordem psicossocial, quadro físico e mental no qual se encontram os parceiros de uma troca linguageira, ligados pelo contrato comunicativo, em função da identidade dos parceiros e das intenções comunicativas do sujeito e de seu *projeto de fala*;
- (b) os *modos de organização do discurso*, que se constituem de princípios de organização da matéria linguageira, que constam do processo de *transação*, e são dependentes

da finalidade comunicativa do sujeito falante (descrever, narrar, argumentar). Esses procedimentos são expressos em quatro modos: o *enunciativo*, o *descritivo*, o *narrativo* e o *argumentativo*, cada um deles com uma *função de base*, que é a finalidade discursiva do projeto de fala do locutor, a saber: enunciar, descrever, narrar e argumentar, e mais um *princípio de organização* ou modo enunciativo que marca a posição do locutor em relação ao interlocutor, ao dito e aos outros discursos.

(c) a *língua*, que constitui o material verbal organizado em sistemas formais significantes; e

(d) o *texto* – resultado material do *ato de comunicação* – que é testemunha das escolhas conscientes ou inconscientes que os sujeitos realizam dentro das categorias de língua e dos modos de organização do discurso, em função das restrições linguístico-discursivas impostas pelo quadro físico e mental de cada situação.

O enunciativo, nos demais modos, determina a organização peculiar da construção descritiva, da lógica narrativa e da lógica argumentativa, como também os aspectos da encenação de cada um desses modos – seus efeitos e procedimentos. Assim, no descritivo, por exemplo, observa-se a forma de caracterizações, identidades e *status* do narrador e dos demais atores; no narrativo, os procedimentos semânticos e discursivos que se dão no decorrer das ações e dos acontecimentos; e, no argumentativo, elementos que compõem o *status* próprio de cada um dos argumentos e dos elementos constitutivos desse modo.

A preferência do Autor pela expressão *modo de organização* do discurso, em lugar do termo *tipo textual*, empregado por alguns teóricos da Linguística do Texto, como Marcuschi (2009), parece atender prioritariamente à necessidade de se destacar o *papel da pessoa do discurso* em todos os passos da escolha das categorias da língua e da organização do discurso, e mais ainda, à relação de dependência de tudo quanto acontece no *ato de comunicação* aos parceiros desse ato, que são os verdadeiros organizadores de cada “encenação” discursiva e representam aí seu papel.

A função desses sujeitos é, então, atualizar o discurso no *ato de comunicação*, adotando o signo verbal como suporte. Por outro lado, a expressão *modo de organização* sinaliza a organização dos componentes que são associados e gerenciados pela subjetividade dos interlocutores que produzem sentidos, por meio dos signos linguísticos de acordo com situações interativas de comunicação.

Por fim, uma observação importante a respeito do *modo de organização enunciativo*, que se define como um direcionador dos outros modos de organização e que, por isso também, dispõe de um *status* especial na organização do discurso: o modo enunciativo “comanda” os outros e intervém na *mise-en-scène* de cada um dos outros três, dando testemunho da maneira pela qual o “sujeito comunicante” se apropria da língua e intervém para organizar todo o discurso. Em decorrência, ressalta-se a importância do tratamento da enunciação, nesta abordagem discursiva.

São três as funções do *modo enunciativo*, as quais apontam, respectivamente, para o estabelecimento de três *atos* locucionários, de acordo com o propósito ou ação do locutor/enunciador:

- modo alocutivo: estabelece uma *relação de influência* do locutor sobre o interlocutor (posição em relação ao interlocutor: EU→TU)

- modo elocutivo: revela o *ponto de vista* do locutor (posição que assume em relação ao mundo: EU→ELE)
- modo delocutivo: testemunha o dito (posição em relação a outros discursos: ELE)

Convém lembrar que, sempre ao tomar a palavra, o sujeito comunicante constrói uma imagem de si próprio e uma outra de seu interlocutor e é inegável que toda “maneira de dizer” induz a uma imagem que pode facilitar ou condicionar a boa realização de um projeto. Em outras palavras, por meio da enunciação, revela-se a personalidade, o caráter dos enunciadores e, por isso mesmo, ela é caracterizadora da intersubjetividades e de suas variadas faces.

A construção de uma imagem de si está, pois, fortemente ligada à noção de enunciação, que já fora colocada no centro de atenção da análise linguística pelos trabalhos pioneiros de Émile Benveniste. Com efeito, o ato de produzir um enunciado remete necessariamente a um locutor que utiliza a língua e nela inscreve sua subjetividade mas dialoga com outras subjetividades, em processos de interatividade.

Essa imagem de si, projetada pelo locutor através de seu discurso, é designada, na Retórica tradicional, como *ethos*. Nesse caso, está mais em jogo a capacidade de transmitir credibilidade, de persuadir o alocutário pelo discurso do que o caráter propriamente dito do locutor. Melhor dizendo, é a imagem que o locutor passa de si pela enunciação, pelo discurso, que testemunha a construção desse *ethos*.

Conclusões

No âmbito de uma análise do texto como discurso, como defendida aqui, deve-se enfatizar a importância desse novo paradigma do enfoque enunciativo que prioriza observar a presença do sujeito emissor em relação direta com seu interlocutor, durante a realização de operações e manobras enunciativas. Sob essa perspectiva, a língua deixa de ser vista como um meio de proposição informativa ou de referência ao real e passa a ser analisada pelo âmbito da influência e da interatividade dos seres discursivos, nos processos de reconstrução ou semiotização da realidade, o que acontece por meio das operações regidas tanto por coerções de ordem linguístico-gramaticais como por imposições de ordem sócio-interacionais.

Dentre as várias tendências da AD, os estudos enunciativos de base comunicacional da Semiologia têm-se mostrado bastante promissores na análise de *corpora* variados, pois permitem verificar as marcas enunciativas mais recorrentes efetuadas nas operações estratégicas que tornam possível o *processo de semiotização do mundo*. Como realçam analistas dessa teoria, ela consegue aliar conceitos enunciativos derivados da Semântica da Argumentação na Língua, de Ducrot e Anscombe, com os da Pragmática de Austin e Searle, privilegiando, assim, o poder das palavras, tanto a partir de uma visão de mundo mais interno a elas, como em função dos níveis psicossocial e institucional dos sujeitos comunicantes, nas mais diversas situações discursivas. (Cf. MACHADO, 2001: 60.)

Enfim, uma das razões por que reiteramos sua produtividade reside no fato de que essa análise do discurso intenta compreender como o ser humano tem acesso a informações, cria e partilha visões de mundo, produz conhecimento e interage com seus parceiros; ela se constitui, enfim, um excelente instrumental teórico que pode ser aplicado na análise de diferentes textos considerados como discursos.

Referências:

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. M. Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979 [1929].
- BEAUGRANDE, Robert A. de *New Foundations for a Science of Text and Discourse*. Greenwich, CT: Ablex, 1997, p.10.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral*. vol. I. Campinas: Pontes, 1966.
- BRÉAL, Michel. *Ensaio de Semântica*. Trad. Eduardo Guimarães, Campinas: Pontes/ EDUC, 1992 [1897].
- CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- _____. De la competencia social de comunicación a las competencias discursivas. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, 1 (1), Caracas, ALED, pp. 7-22, 2001a.
- _____. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, pp. 309-326.
- _____. *Langage et discours*. Eléments de sémiolinguistique (théorie et pratique). Paris: Hachette, 1983.
- _____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid. (orgs.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, pp. 11-29.
- _____ & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- MACHADO, Ida Lúcia. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Núcleo de Análise do Discurso (NAD), UFMG, 2001.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2009.
- PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. Texto e contexto. In: BRANDÃO, Sílvia Figueiredo & VIEIRA, Sílvia Rodrigues (orgs.) *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 239-258.
- _____, GOUVÊA, Lúcia Helena, MONNERAT, Rosane dos Santos. Modalização em textos midiáticos: estratégias de construção de sentido. Puebla. *Revista ALED*, 1 (2), pp. 230-245, 2012.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005 [1975]. p. 36.